PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS­­

Curso Ciências Contábeis com ênfase em Controladoria

Iêda Aparecida Martins da Silva

Juliana Aparecida dos Santos

**A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS PARA TOMADA DE DECISÕES ESTRATÉGICAS: Um estudo de caso em uma Companhia que atua no setor de Metalurgia e Siderurgia.**

|  |
| --- |
|  |
|  |  |  |

Belo Horizonte

2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Curso Ciências Contábeis com ênfase em Controladoria

Iêda Aparecida Martins da Silva

Juliana Aparecida dos Santos

**A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS PARA TOMADA DE DECISÕES ESTRATÉGICAS: Um estudo de caso em uma Companhia que atua no setor de Metalurgia e Siderurgia.**

Trabalho interdisciplinar apresentado ao curso de Ciências Contábeis como requisito parcial para aprovação nas disciplinas de Contabilidade de Int. Financeiras e mercados de Capitais, Contab. e Orçam. Empresarial, Direito Tributário e Ética Geral e Profissional.

Professores: José Guilherme C

 Cleuza Antunes

 Glaison Lima Rodrigues

 Messias Antonio da Silva

Belo Horizonte

2014

“Nada é permanente, exceto a mudança.”

[*Heráclito*](http://pensador.uol.com.br/autor/heraclito/)

**INTRODUÇÃO**

 Diante das novas exigências normativas e levando em consideração a situação do mercado financeiro atual, o presente trabalho tem a finalidade de apresentar as informações publicadas pela empresa objeto do trabalho com base no CPC 22 que trata das informações por segmento operacional Para isto foi desenvolvido um estudo de caso da empresa Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS onde foi possível analisar as informações por segmento .

 Este trabalho foi desenvolvido em cinco etapas; a primeira trata desta introdução acompanhada dos objetivos gerais e específicos o tema de pesquisa e a justificativa, sendo precedida pelo referencial teórico que foi desenvolvido de forma multidisciplinar, a terceira parte descrevemos a metodologia que conduziu a pesquisa seguindo a análise de dados e por fim a conclusão que nos permitiu elucidar o trabalho de uma forma geral.

**Palavras-chave: CPC 22, desenvolvimento econômico, mercado financeiro.**

* 1. **Tema de pesquisa**

A importância das informações por Segmentos Operacionais para tomada de decisões estratégicas: Um estudo de caso nas Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS.

* 1. **Problema de pesquisa**

Qual a importância das informações por Segmentos Operacionais para a tomada de decisões estratégicas nas Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS.

* 1. **Objetivo geral**

Demonstrar a importância das informações por Segmentos Operacionais por meio de relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS

* 1. **Objetivos específicos**
1. Caracterizar a Companhia;
2. Definir as Informações por Segmentos Operacionais sob contexto Geral;
3. Abordar e analisar a importância das Informações por Segmento de maneira específica com base nos relatórios das tomadas de decisões estratégicas da Usiminas.
	1. **Justificativa**

 A adesão das normas internacionais de contabilidade (IFRS) no Brasil, proporcionaram muitas mudanças nos procedimentos das empresas. As normas de maneira geral visam aumentar a transparência e a segurança das demonstração contábeis ao público investidor e as demonstrações contábeis tem por objetivo transmissão de informações que possibilitam a avaliação econômica, social e financeira da entidade.

 As Informações por Segmento foi instituída pela DELIBERAÇÃO CVM Nº 582, DE 31 DE JULHO DE 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 22 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis que aborda as Informações por Segmento. A deliberação tornou obrigatória a demonstração por segmentos para as Companhias de capital aberto, definindo ainda que a aplicabilidade do CPC 22 passaria a vigorar nos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e as demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins comparativos.

 As Informações por Segmentos ainda é algo recente. A adesão ocorre de forma gradativa e as empresas vão se adaptando a esse novo cenário. Num mercado tão competitivo, as informações do CPC 22, permite que os usuários façam a análise da natureza e dos efeitos financeiros das atividades de negócio nos quais a entidade está envolvida e os ambientes econômicos em que opera.

**2.REFERENCIAL TEÓRICO**

**2.1 Evolução Normativa**

**Quadro 1: Evolução normativa da divulgação de informações por segmento no contexto do IASB, FASB e CPC.**

|  |  |
| --- | --- |
| Ano | Histórico |
| 1964 | A Bolsa de Valores de Londres requereu que empresas listadas fornecessem dados segmentados sobre o lucro e o faturamento de diferentes tipos de atividades. |
| 1967 | AICPA procurou melhorar os relatórios com o acréscimo de informações e exigiu das empresas diversificadas que divulgassem dados por segmentos de maneira voluntária e complementar. |
| 1969 | SEC iniciou estudos sobre o impacto dos relatórios por segmento e apresentou uma série de exigências às empresas listadas. |
| 1970 | Empresas dos EUA começaram a apresentar ao mercado um relatório voluntário por segmentos de acordo com as instruções da SEC e da AICPA |
| 1976 | Foi normatizada pelo FASB, com a introdução do SFAS 14, a exigência de dados sobre linha de negócios, informação requerida pela SEC desde 1970. |
|  | Proposta da ONU para relatórios por segmentos baseada em linha de negócios e análises geográficas das vendas, lucro operacional, gastos de capital e empregados. |
| 1980 | IASC emitiu uma proposta para divulgação de lucros provenientes da receita de vendas e dos ativos identificáveis para segmentos industriais e geográficos. |
| 1981 | Emissão do IAS 14, exigia a divulgação da receita e dos ativos utilizados tanto para segmentos de negócios e geográficos. Baseado no SFAS 14, de 1976. |
| 1992 | No Brasil, a CVM emitiu o parecer de orientação 24/92 que incentivava as empresas a divulgar informações sobre o resultado das linhas de produtos ou negócios. |
| 1997 | IASC publicou o IAS 14 (Revisada), tendo por objetivo estabelecer as informações do relatório por segmentos por linha de atividade e áreas geográficas. |
|  | FASB editou a SFAS 131, em substituição à SFAS 14, normatizando a divulgação por segmento e inserindo o conceito da abordagem gerencial à informação divulgada.  |
|  | No Brasil, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) editou a resolução 001/97 que criou um plano de contas único para o setor no qual existia a obrigatoriedade da elaboração de informações por segmento de negócios. |
| 2001 | A ANEEL emitiu a Resolução No. 444/01 que revisou o plano de contas único ajustando-o as normas internacionais.  |
| 2004 | No Brasil, o Ofício Circular CVM/SNC/SEP 01/2004 incentivava as companhias abertas a divulgarem informações por segmento, em acordo com o IAS 14. |
| 2006 | O IASB emitiu o ED 8, que posteriormente tornou se a IFRS 8, esta alinhou as exigências do IASB, no IAS 14R, com as normas do SFAS 131 do FASB, tendo como principal mudança a adoção da abordagem gerencial na divulgação de segmentos. |
| 2009 | No Brasil a deliberação CVM 582/090 institui o CPC 22 que alinha as exigências de divulgação de segmentos às normas internacionais (IFRS-8), e passou a vigorar nas demonstrações referentes ao exercício de 2010. |
| 2012 | O FASB publicou o estudo de pós implementação do SFAS 131, visando possíveis ajustes na norma.  |
| 2013 | O IASB publicou o estudo de pós implementação do IFRS 8, analisando possíveis ajustes na norma. |

**Fonte: Elaborado pelos autores com base Schvirck (2014)..[et al]...**

 Conforme as informações apresentadas no quadro 1, infere –se que as Informações por Segmentos surgiram na década de 1960, onde as empresas foram orientadas a divulgarem essas informações de forma voluntária.

 Em 1970 a ONU surgiu com a proposta de relatórios por segmentos que seriam baseados em linhas de negócios e análises geográficas das vendas, lucro operacional, gastos de capital e empregados. Com o passar dos anos a divulgação por segmentos foi se tornando cada vez mais relevante para a análise de desempenho das empresas.

 Com relação as divulgações por segmentos no Brasil, podemos observar que ocorreram apenas em 1992, com a orientação 24/92 da CVM cujo objetivo era incentivar as empresas a divulgarem as informações sobre o resultado das linhas de produtos ou negócios.

 Somente em 2009 as informações por segmentos no Brasil passaram a ser obrigatórias, a CVM com a deliberação 582/090 instituiu o CPC 22 com o objetivo de alinhar as exigências de divulgação de segmentos as normas internacionais(IFRS-8), ficou definido que as normas do CPC 22 passariam a vigorar nos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e as demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins comparativos

 Verifica – se ainda que divulgação das demonstrações por segmentos se tornou essencial para as entidades devido a relevância dos seus dados para os diversos tipos de usuários, permitindo-os analisar o desempenho da Companhia nos segmentos em que atua.

**2.2 Do Valor das Informações Contábeis**

 As informações devem ser divulgadas maneira a facilitar a compreensão de seus usuários, é fundamental serem apresentadas de forma relevante, compreensível, permitindo aos usuários avaliarem a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócios onde a entidade opera.

 LEITE(1997:14), reforça o valor das características das demonstrações contábeis:

 “A contabilidade não pode ser mais um código acessível, apenas aos contadores. Os executivos de vários escalões precisam conhecer em detalhes o desempenho da empresa como um todo e a contribuição de seus departamentos individuais para esse desempenho global”.

 Face ao exposto acima, observa-se que no decorrer do desenvolvimento do cenário econômico conhecer a real situação da empresa, levando em conta a transparência e a relevância é de um valor imensurável para seus diversos tipos de usuários, que necessitam das informações principalmente para tomada de decisões.

**2.3 Pronunciamento Técnico CPC 22**

 Segmento operacional é definido por SCHVIRCK (2013), como qualquer divisão da entidade que desenvolva atividades de negócios nas quais pode obter receitas e incorrer em despesas; e que, que disponibilize informação financeira individualizada e os resultados sejam regularmente revisados pelo principal gestor de operações para tomada de decisões quanto a alocação de recursos e avaliação de desempenho por segmento.

 Quando os segmentos operacionais possuem características econômicas parecidas, eles apresentam muitas vezes desempenho financeiro de longo prazo semelhante. Tomemos por exemplo dois segmentos operacionais, se estes possuírem características econômicas semelhantes, seriam esperadas margens brutas médias parecidas no longo prazo. Levando em conta o princípio básico do pronunciamento CPC 22, dois ou mais segmentos operacionais podem ser divulgados em um único segmento operacional, porém é necessário que possuam características econômicas semelhantes e sejam semelhantes em relação aos aspectos citados a seguir:

* natureza dos produtos ou serviços;
* natureza dos processos de produção;
* tipo ou categoria de clientes dos seus produtos e serviços;
* métodos usados para distribuir os seus produtos ou prestar os serviços; e
* se aplicável, a natureza do ambiente regulatório, por exemplo, bancos, seguros ou serviços de utilidade pública.

 Após a identificação dos segmentos, estes devem passar por testes que irão estabelecer se são divulgáveis ou não.Com base no item 13 do CPC 22, serão divulgáveis os segmentos que estiverem de acordo com qualquer uma dessas características:

* quando a receita obtida pelo segmento for igual ou superior a 10% da receita de

todos os segmentos operacionais;

* quando o lucro ou o prejuízo apurado for igual ou superior a 10% do maior dos seguintes montantes: a) lucro apurado de todos os segmentos que não demonstraram prejuízos ;b) prejuízo apurado de todos os segmentos operacionais que apresentaram prejuízos.
* quando os seus ativos são iguais ou superiores a 10% de todos os segmentos operacionais.

 Complementando o exposto acima, o item 15 da norma requer que o total das receitas

externas segmentadas represente, no mínimo, 75% da receita total da Companhia, caso isso não ocorra ,

Segmentos operacionais adicionais devem ser incluídos como divulgáveis.

**2.3.1.Informações Gerais**

 A organização deve divulgar as seguintes informações gerais:

* Os fatores utilizados para identificar os segmentos da entidade levando em conta a base da organização (se a administração por exemplo escolheu organizar a entidade levando em conta a diferenças entre produtos e serviços, áreas geográficas, ambiente regulatório, ou combinação de fatores e se os segmentos operacionais foram agregados.
* Quanto aos tipos de produtos e serviços a partir dos quais cada segmento obtém suas receitas.

**2.4 Orçamento empresarial**

De acordo com Fernandes (2005), O orçamento empresarial surgiu em meados da década de 1950, quando estudiosos americanos apresentaram uma metodologia orçamentaria que foi rapidamente difundida entre a comunidade internacional.

“Um orçamento é um plano financeiro que estabelece, da forma mais precisa possível, como se espera que transcorram os negócios de um departamento ou de uma empresa, geralmente num prazo mínimo de um ano.” (PARSLOE; WRIGHT, 2001, p. 11).

 O orçamento empresarial demonstra todos os objetivos econômicos e financeiros a serem alcançados por uma empresa, por meio das projeções das suas receitas incluindo também os seus gastos.

 O Orçamento que decorre do plano estratégico, tem por objetivo pôr em prática as decisões a serem tomadas, identifica e foca nos pontos de maior relevância, Cremonezzi (2014), considera esse o principal benefício da implementação do orçamento empresarial.

 Para, Alves(2013), a capacidade de previsão de uma empresa está ligada a competência de gerenciar cenários futuros de forma dinâmica, rápida e eficaz.

Toda empresa visa aumentar seus lucros. O sucesso ou o fracasso está vinculado principalmente aos lucros obtidos pela empresa. No mercado de constantes mudanças planejar se torna um manual de sobrevivência.

 Segundo Hoji e Silva (2009), planejamento é a função administrativa que determina com antecedência as ações que serão executadas dentro de cenários e condições preestabelecidas para atingir os objetivos fixados, acrescenta ainda que o planejamento é uma técnica que absorve as incertezas e aumenta as chances de sucesso e desempenho da empresa.

 Para Oliveira (2009 ), existem quatro princípios gerais de planejamento:

* Princípio da Contribuição aos objetivos: deve possibilitar a realização dos objetivos principais da empresa, por meio da divisão de níveis dos objetivos estabelecidos, levando em consideração a relação entre eles.
* Princípio da procedência: mesmo com a interligação entre as funções administrativas (organização, direção e controle), o planejamento é o que vem antes.
* Princípio da maior penetração e abrangência: O planejamento geralmente é o autor das grandes mudanças nas organizações. Ele tem influência sobre a área de tecnologia, nos sistemas, na necessidades de treinamentos, avaliações e etc;
* Princípio da maior eficiência, eficácia e efetividade: O planejamento deve ser eficiente na maximização de resultados e na minimização de deficiências. Ser eficiente é fazer as coisas de maneira adequada. Ser eficaz é fazer as coisas certas.Com relação a efetividade é apresentar resultados positivos ao decorrer do tempo.

**2.5. IRPJ**

 De acordo com a receita federal são considerados contribuintes e estão sujeitos ao pagamento do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas ( IRPJ), as pessoas jurídicas e pessoas físicas a elas equiparadas, domiciliadas no país. O IRPJ deve ser apurado com base no lucro da organização, que pode ser real, presumido ou arbitrado. Atualmente a alíquota do IRPJ é de 15%(quinze por cento) acerca do lucro apurado, contando ainda com um adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R$ 20000,00/mês.

 Segundo Higuchi (2003), na apuração considera-se a base de cálculo do imposto de renda que será pago mensalmente, o resultado do somatório de um percentual que é aplicada sobre a receita Bruta do mês, acrescentando ganhos de capital, dentre outras receitas e resultados positivos, exceto os rendimentos ou ganhos tributados como o de aplicações financeiras. Todos os percentuais aplicados sobre a receita bruta varia de acordo com a atividade exercida pela pessoa jurídica estas estão presente no art.15 da lei nº 9249/95.

 O imposto de renda devido de cada mês podem ser suspenso ou reduzido de acordo com a lei n° 9065/95 , demonstrando , por meio de balanços ou balancetes mensais , onde o valor acumulado já pago excede o valor do imposto , inclusive adicional, calculado com base no lucro real do período em curso. A aplicação da suspensão ou da ou redução é feita principalmente sobre o mês de janeiro, podendo também ser aplicada em outros meses. Portanto se a entidade teve prejuízo fiscal, não há imposto a ser recolhido.

**2.6 Contribuição social sobre o lucro líquido(CSLL).**

 Segundo Higuchi (2006), a contribuição social sobre o lucro das entidades é uma da s fontes de recursos previstas no atr.195 da Constituição Federal para atender o programa de seguridade social. O seu § 6° dispõe que as contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos 90 dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto do art.150, III, b.Em complemento acrescenta Higuchi(2006):

 “A cobrança da contribuição social não está sujeita ao princípio da anualidade, ou seja o governo não está impedido de cobra-lo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que a instituir ou aumentar. Isso significa que a contribuição social poderá ser cobrada no mesmo ano da instituição ou aumento da sua alíquota, desde que observado o prazo fixado de 9 dias.”

 De acordo com a receita federal estão submetidas ao pagamento da CSLL as pessoas jurídicas e as físicas a elas equiparadas, domiciliadas no país. Hoje a alíquota da CSLL é de 9%( nove por cento). A CSLL deve ser apurada de maneira a acompanhar a forma de tributação do lucro adotada pelo IRPJ.

**2.7 Mercado de Capitais**

 Mercado de capitais nos diz respeito à movimentação da economia, quanto maior o desenvolvimento da economia maior será atividade no mercado de capitais.

Pinheiro (2009, Pag.174) define mercado de capitais como:

“Um conjunto de instituições e de instrumentos que negociam com títulos de valores mobiliários, objetivando a canalização dos recursos dos agentes compradores para os agentes vendedores.”

 De acordo com Pinheiro (2009), o mercado de capitais surgiu quando o mercado de crédito parou de atender as necessidades da atividade produtiva, não atendia mais as expectativas em manter um fluxo de recursos no quesito de prazo, custos e exigibilidade. Sendo assim seu surgimento teve como base dois princípios;

* Contribuição para o crescimento da economia, atuando como propulsor de capitais para os investimentos, incentivando a criação da poupança privada; e
* Permitir e instruir na estruturação de uma sociedade pluralista, fundamentado na economia de mercado, possibilitando a participação em conjunto de forma ampla na riqueza e nos resultados econômicos.

 Ainda de acordo com o autor Baseado em sua estrutura, o mercado acionário pode ser dividido em dois segmentos: mercado primário e mercado secundário.

**Estrutura do mercado de capitais**

 Fonte: Pinheiro 2009, Pág. 174

 As informações por segmento relatadas no CPC 22 contribuíram para que estas informações se tornassem mais transparentes e de fácil entendimento a nível mundial.

Hansen e Mowen citado por Humberto e outros afirmam que:

“Os gestores precisam cada vez mais da informação analítica por segmento operacional para elaboração de projeções, além de informações para a tomada de decisão de continuidade operacional e nível de financiamento.”

 Pohlmann(2014) citado por Morales apoia que as informações devem ser transparentes;

“a harmonização das normas contábeis é um processo longo e natural, já que é fato notório a crescente internacionalização e globalização dos negócios, trazendo como provável consequência o requerimento maciço de informações de natureza contábil, com um conteúdo claro e compreendido por todos os usuários.”

 Devido às oscilações na economia o mercado de capitais está sempre em movimento, e por existir tamanha movimentação é necessário que as organizações divulguem as informações financeiras, pois estas influenciam nas decisões que facilita o processo de tomada de decisão, permitindo uma visualização da situação econômica e financeira.

 De acordo com Pinheiro (2009, Pág. 176) os mercados secundários devem apresentar as seguintes características:

* Transparência. Acesso fácil livre a informação pontual e exata sobre preços e volumes das negociadas, oferta e demanda etc.
* Liquidez. Facilidade de comprar e vender ações com pouco risco de perda de capital. Quanto menor a diferença entre o preço de compra e de venda das ações, maior será a eficiência do mercado.
* Eficiência. Quanto mais rápido se ajustem os preços, por qualquer motivo que seja, com maior eficiência operará o mercado.

 Segundo Schvirck (2013) o mercado de capitais no Brasil teve um crescimento em decorrência dos investimentos de novas empresas e novos investidores no mercado de capitais, outro fator é a busca de capacitação para atuar nesta área.

 Com a instituição do CPC 22 muitas empresas estão divulgando de forma voluntária as informações financeiras das organizações, pois atraí a atenção dos investidores o que de certa forma contribui para o desenvolvimento e expansão do mercado de capitais.

Conforme Lélis e outros citados por Schvirck(2013):

“o forte desenvolvimento do mercado de capitais, em países economicamente desenvolvidos e emergentes, faz com que a evidenciação financeira das informações de forma compulsória ou voluntaria, seja cada vez mais requerida pelo mercado, a fim de possibilitar uma maior transparência aos investidores.”

 **Quadro 2: Usuários da informação contábil.**

|  |  |
| --- | --- |
| **Usuário da informação contábil** | **Meta que desejaria maximizar ou tipo de informação** **Importante**  |
| Acionista minoritário | Fluxo regular de dividendos. |
| Acionista majoritário ou com grandeação. | Fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucro por participação. |
| Acionista preferencial | Fluxo de dividendos mínimos ou fixos. |
| Emprestadores em geral | Geração de fluxos de caixas futuros, suficientes para receber de volta o capital mais os juros, com segurança.  |
| Entidades governamentais | valor adicionado, produtividade, lucro tributável. |
| Empregados em geral como assalariados | fluxo de caixa futuro capaz de assegurar bonsaumentos ou manutenção de salários, com segurança; liquidez. |
| Média e alta administração | retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio liquido; situação de liquidez e endividamento confortáveis. |

Fonte. Schvirck(2013).

 Para que o mercado de capitais permaneça em atividade constante é necessário que as informações sejam tempestivas. As decisões são tomadas com base nas informações obtidas, por este motivo devem ser transparentes e confiáveis obedecendo às normas vigentes. O CPC 22 veio padronizar a maneira de publicar as informações financeiras, tornando a linguagem universal para todos, por esta razão vários usuários se beneficiam, pois a transparência nas informações permite uma análise mais direcionada e maior veracidade nas informações.

**2.7.1 Mercado de Ações**

 De acordo com pinheiro (2009) as ações são títulos constituídos por uma parte do capital da empresa que as emitiu.

 A BM&FBOVESPA afirma Existir dois tipos de ações:

 As ações ordinárias que permite para aqueles que as detém a participação nos lucros e resultados da empresa e o direito ao voto nas assembléias gerais;

As ações preferenciais resguardam o acionista o direito de receber dividendos e ao reembolso da remuneração de capital no caso de dissolução da sociedade.

Ainda de acordo com a BM&FBOVESPA as ações podem ser:

**Nominativas**
Cautelas ou certificados que apresentam o nome do acionista, cuja transferência é feita com a entrega da cautela e a averbação de termo, em livro próprio da sociedade emitente, identificando novo acionista.

**Escriturais**
Ações que não são representadas por cautelas ou certificados, funcionando como uma conta corrente, na qual os valores são lançados a débito ou a crédito dos acionistas, não havendo movimentação física dos documentos.

**Figura 1 Preferenciais**

Fonte. Pinheiro, Pag. 217, 2012

 **2.8 Ética**

 Segundo Lopes de Sá (2004) a ética em seu sentido amplo tem sido entendida como ciência que conduz humanidade perante o ser e seus semelhantes.

 A ética profissional em meio a circunstâncias adversas no viver contábil, por vezes tem sido questionada, não são poucos que são coagidos a tomarem determinadas atitudes que são totalmente contra a ética profissional.

 A vontade de alcançar um determinado patamar dentro de uma organização, faz com que muitos não levem em consideração a ética no exercício da profissão. Vimos ao longo da história que muitos foram motivados a agir desta forma, porém ficaram no meio do caminho.

 De acordo com art. 2ª do capítulo II do Conselho Federal de Contabilidade onde trata a respeito dos deveres e proibições são deveres do contabilista:

1. Exercer a profissão com zelo diligência e honestidade, observada a legislação vigente e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;
2. Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os conselhos regionais de contabilidade.
3. Zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo.

Artigo 3º

1. Assumir direta ou indiretamente, serviços de qualquer natureza, com prejuízo moral ou desprestígio para a classe;
2. Concorrer para a realização de ato contrário à legislação ou destinado a frauda-la ou praticar, no exercício da profissão, ato definido como crime ou contravenção.

(conselho Federal de Contabilidade, 2003, pág.79,80,81).

 O contador no exercício de sua profissão vive diversas situações onde o bom senso deverá ser utilizado, é necessário que o contador tenha compromisso ético profissional, pois o contador que tem a ética como aliada é valorizado.

**3.METODOLOGIA**

 Metodologia é a descrição do caminho utilizado para definir a pesquisa, a forma como o trabalho foi conduzido. Para Maria Helena Michel (2009, pág.35) metodologia é;

“... um caminho que se traça para se atingir um objetivo qualquer. É, portanto, a forma, o modo para resolver problemas e buscar respostas para as necessidades e dúvidas.”

* Objeto de pesquisa:

 O objeto de pesquisa deste Trabalho foi a empresa USIMINAS- Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. onde foi desenvolvido um estudo de caso com base no CPC 22 comparando com os relatórios da empresa, onde foi possível analisar a tempestividade e clareza nas informações divulgadas.

* Fontes secundárias

 Os documentos que serviram de base para esta pesquisa foram os relatórios contábeis divulgados pela empresa.

* Caracterização da pesquisa

 A pesquisa se caracteriza por ser um estudo de caso qualitativo, o método adotado para a construção deste trabalho, foi pesquisa bibliográfica descritiva

* + 1. **ANÁLISE DE DADOS**

**4.1. Da empresa**

 A Usiminas atua a 51 anos no mercado, no cenário atual é considerada líder no mercado nacional de aços planos e um dos maiores complexos siderúrgicos da América Latina. Possui uma linha completa de aços planos, e atende diversos setores da indústria brasileira e mundial.

  **Tabela 2: Resultado Consolidado por segmentos de negócios**

|  |
| --- |
| Usiminas (R$ mil/Ano 2013) |
|  | **Mineração e Logística** | **Siderurgia** | **Transformação** **Do aço** | **Bens de Capital** | **Subtotal** | **Eliminações e ajustes** | **Total** |
| Receita | 1.136.097 | 11.336.465 | 2.463.791 | 972.332 | 15.908.685 | (3.079.218) | 12.829.467 |
| Custos das Vendas | (502.900) | (10.569.533) | (2.228.537) | (921.618) | (14.222.588) | (2.868.924) | (11.353.664) |
| Lucro(prejuízo) bruto | 633.197 | 766.932 | 235.254 | 50.714 | 1.686.097 | (210.294) | 1.475.803 |
| (Despesas)/receitas operacionais | (124.177) | (567.193) | (198.332) | (71.765) | (961.467) | 5.343 | (956.124) |
| Despesas com vendas | (70.643) | (147.062) | (99.450) | (16.910) | (334.065) | (2.378) | (336.443) |
| Despesas Gerais e administrativas | (49.036) | (397.457) | (81.714) | (53.876) | (582.083) | 14.101 | (567.982) |
| Outras (despesas) e receitas  | (4.498) | (22.674) | (17.168) | (979) | (45.319) | (6.380) | (51.688) |
| Lucro(prejuízo) operacional | 509.020 | 199.739 | 36.922 | (21.051) | 724.630 | (204.951) | 519.679 |
| Ativos | 6.461.039 | 28.575.585 | 1.476.610 | 915.319 | 37.428.553 | (6.070.559) | 31.357.994 |
| O total do ativo a incluir: |
| Investimentos em coligadas (exceto o ágio) | 299.957 | 67.734 | - | 2.803 | 382.907 | - | 370.494 |
| Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos  | 570.516 | 898.884 | 92.721 | 20.851 | 1.582.972 | (520.327) | 1.062.645 |
| Passivo circulante e não circulante | 500.339 | 11.863.667 | 351.295 | 378.522 | 13.093.833 | (569.784) | 12.524.049 |

Fonte: Resultado Consolidado por segmentos 2013-USIMINAS

 De acordo com a tabela 1, a Usiminas atua nos segmentos de mineração, Siderurgia, Transformação do aço e Bens de Capital.

 No segmento de negócios de Bens de Capital, a Usiminas mecânica é destaque se comparada as maiores empresas de bens de capital do Brasil. A empresa opera em Estruturas Metálicas, Naval, Equipamentos Industriais, Montagens Industriais dentre outros.

 No segmento de Negócio de transformação do aço, a Soluções Usiminas opera nos mercados de distribuição, serviços e na fabricação de tubos de pequeno diâmetro.

 No segmento do Negócio de Mineração, a Mineração Usiminas possui ativos minerários com reservas de grande potencial lavráveis avaliado em 2,6 bilhões de toneladas. Em 2012 o volume de vendas de mineral alcançaram 6,1 milhões de toneladas de minério de ferro. No ano de 2013 as vendas aumentaram atingindo 6,7 milhões de minério de ferro.

 **Bens de capital são as instalações, equipamentos, são serviços ou bens de extrema importância para a produção de outros bens e serviços. De acordo com o relatório da administração da Usiminas do ano de 2013, e através da análise dos segmentos operacionais, o exercício de 2013 foi marcado por bons resultados na gestão operacional de caixa na Companhia, isso aumentou a competitividade da empresa.**

 **O volume de vendas de laminados para o mercado interno chegou a 5,4 milhões de toneladas, um crescimento de 7% se comparado ao ano de 2012, tal evento foi gratificante para a Companhia visto que foi o maior dos últimos 5(cinco) anos.**

 **No decorrer do ano a Companhia trabalhou nos processos industriais sempre buscando estabilidade operacional, eficiência, minimização de custos e mantendo um controle rígidos nos processos. A renda obtida ajustado, resultado dos esforços, obteve um aumento de 159%, se comparado ao ano de 2012.**

 **De acordo com a análise dos resultados por segmentos da tabela 1, infere-se que o segmento que mais se destacou com relação a receita de vendas foi o segmento de Siderurgia, apesar do custo de vendas ter sido mais alto se comparado aos outros segmentos seu lucro bruto ainda foi o maior dentre os demais.**

 **A Usiminas para o ano de 2014, aborda vários fatores que que podem impactar a economia interna no ano de 2014, são eles:**

* **Eleição presidencial;**
* **Progresso nos processos de infraestrutura;**
* **Desenvolvimento dos projetos de óleo e gás;**
* **Impactos com relação a copa do mundo;**

 **Para o cenário externo acredita que neste ano de 2014 continuará sendo determinante para definir os rumos da economia brasileira, cita os investimentos estrangeiros, e como consequência, o impacto na cotação do dólar, esses por sua vez estarão sujeitos a influenciar a demanda interna, isso é resultado da importação aos produtos industrializados que contem aço.**

 **Com relação as ações a ação ordinária (USIM3), da Usiminas encerrou o 4T13 R$12,40 e a ação preferencial (USIM5) R$ 14,21 a valorização da USIM3 foi de 17,5% e USIM5 alcançou 31,5%, e neste mesmo período o Ibovespa apresentou um declínio de 1,6%, sendo que a ação preferencial(USIM6) foi cotada em R$ 11,13 em 12/12/2013 sendo este o último registro do ano. De acordo com o que foi abordado pode se comprovar que o mercado de ações apresenta muitos riscos para os investidores, resultantes das constantes oscilações, que afetam o mercado financeiro.**

 **Ainda com relação aos resultados, a empresa apura seus lucros com base no lucro real. O relatório anual de imposto de renda é calculado com base no resultado do exercício, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões que estão previstas na legislação.**

 **A Contribuição Social sobre o lucro líquido (CSLL), é calculado de acordo com a alíquota vigente, e sobre o resultando, antecedendo ao imposto de renda ajustado de acordo com a legislação vigente. Com relação a alíquota para o cálculo do imposto de renda e CSLL a empresa segue a legislação, sendo 25% para o IR e 9% CSLL.**

 **Com relação aos preceitos éticos podemos dizer de acordo com as informações do segmento operacional, com as normas vigentes na legislação para publicação de resultados e pela transparência das informações, enfim de maneira geral sobre todos os aspectos que foram abordados comprovou-se que a Usiminas cumpre com o que chamamos de princípios éticos.**

**5.CONSIDERAÇÕES FINAIS**

 **Durante o desenvolvimento deste trabalho podemos comprovar que apesar do alto nível de dedicação, o conhecimento que adquirimos com cada linha que foi escrita possui um valor imensurável para a nossa vivencia no meio acadêmico e profissional.**

 **As informações por segmentos se apresentaram bastantes relevantes e claras permitindo a todos os seus usuários avaliarem o desempenho da empresa em todos os segmentos. Obtendo por meios das informações dados para tomada de decisão pois essas são de maneira pontual, permitindo aos gestores e investidores uma análise detalhada.**

 **A empresa tem bastantes expectativas para o ano de 2014 de crescimento, está sempre buscando melhorar, reduzindo seus custos, planejando, investindo, avaliando os seus segmentos, sempre seguindo os preceitos éticos. Acreditamos que a informação por segmento é de extrema importância, para poder ter uma visão geral de todos o ambientes em que ela opera, distinguir os segmentos mais e menos lucrativos. O bom desempenho de todos os segmentos aumenta a competividade da empresa no mercado.**

 **A parte comercial obteve uma maior interação com os clientes o que proporcionou um maior mix de vendas de produtos acabados, aumentando a participação no mercado interno.**

COMISSÃO de Valores Mobiliários. Informações por segmentos, 31 jul.2009.Disponível em: http://www.cvm.gov.br/port/snc/deli582.pdf. Acesso em:1 abril. 2014 .

CREMONEZZI, Aleandra Alves. Orçamento Empresarial: Uma revisão teórica. Disponível em :<<http://webdav.sistemas.pucminas.br:8080/webdav/sistemas/sga/20141/746038_Artigo_Or%C3%A7amento%20Empresarial%20-%20%20uma%20revis%C3%A3o%20te%C3%B3rica.pdf>>. Acesso em:1.abr.2014.

DIREITO Tributário. Harmonização das demonstrações contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade .Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/direitotributario/portaarqiv/Artigo%20IASxPFC.pdf>>.Acesso em : 5 abril.2014

FERNANDES, Rogério Mário. Orçamento Empresarial: Uma abordagem Conceitual e Metodológica com praticas através do simulador/Rogerio Mario Fernandes. Belo Horizonte:Editora UFMG,2005.

HIGUCHI, Hiromi;HIGUCHI, Fábio Hiroshi;HIGUCHI, celso H**. imposto de renda das empresas:**interpretação e prática .31.edSão Paulo: IR.2006.852p.

USIMINAS. Proposta Administração.Disponível em:< <http://ri.usiminas.com/ptb/4220/Proposta%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%202014.pdf>>. Acesso em: 26.mar.2014.

HOJI, Masakazu. **Planejamento e Controle financeiro**: Fundamentos e casos práticos de orçamento empresarial/Masakazu Hoji, Hélio Alves da Silva. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual da Contabilidade Societária.São Paulo:Atlas 2010.Outros autores :Eliseu Martins, Ernesto Rubens Gelbekce, Ariovaldo dos Santos FIPECAFI- Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis , Atuariais e Financeiras, FEA/USP.

 RECEITA FEDERAL. Alíquotas. Disponível em < [http://www.receita.fazenda.gov.br/Aliquotas/ContribPj.htm>.Acesso](http://www.receita.fazenda.gov.br/Aliquotas/ContribPj.htm%3E.Acesso) em :28 abril.2014.

MORALES, Maicon Goulart. Analise das premissas utilizadas na segmentação por atividades a luz do pronunciamento técnico CPC 22 - informações por segmentos. Disponível em: [http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34873/000785067.pdf?sequence=1](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34873/000785067.pdf?sequence=1%09) .Acesso em: 26 abr.2014

 OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de, **Excelência na administração estratégica: a competitividade para administrar o futuro das empresas**: com depoimentos de executivos. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1995. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de, Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 16. ed. São Paulo : Atlas, 2001.

PENSADOR. Mudança. Disponível em:<<http://pensador.uol.com.br/mudanca/>>.Acesso em:1 Abril 2014.

SIGNIFICADOS .Bens de Capitais.Disponível em: <http://www.significados.com.br/bens-de-capital/>>. Acesso em: 1 abr.2014.

SCHVIRCK , Eliandro [et.al]. Convergência internacional das normas contábeis e as alterações na estrutura do relatório por segmentos: da divulgação voluntária ao advento do cpc 22.Disponivel em: < [http://webdav.sistemas.pucminas.br:8080/webdav/sistemas/sga/20141/767663\_Artigo\_RBC\_CPC22\_Informa%C3%A7%C3%B5es%20por%20Segmentos.pdf>.Acesso](http://webdav.sistemas.pucminas.br:8080/webdav/sistemas/sga/20141/767663_Artigo_RBC_CPC22_Informa%C3%A7%C3%B5es%20por%20Segmentos.pdf%3E.Acesso) em.1 mar.2014.

USIMINAS.Portal. Disponível em: <

<http://www.usiminas.com/irj/portal?NavigationTarget=navurl://0927e9c2c47993b6bd395e0a8791752b>>. Acesso em: 30 mar.2014.